



RELATÓRIO DE VIAGEM

DADOS DO EVENTO

DATA DE INÍCIO	DATA DE TÉRMINO	NOME DO EVENTO	CIDADE/PAÍS
15 de maio de 2019	16 de maio de 2019	6th Annual Meeting of the INTOSAI Working Group On Financial Modernization and Regulatory Reform	Washington D.C., Estados Unidos

RESUMO DO EVENTO

ENTIDADE ORGANIZADORA	PROCESSO	PARTICIPANTES
GAO	Evento 112/2019	RAFAEL JARDIM CAVALCANTE

JUSTIFICATIVA (RESUMO)

Trata-se do 6ª Reunião Anual do Grupo de Trabalho da Intosai de Modernização financeira e Reforma Regulatória, cujo TCU faz parte. O grupo tem como objetivo construir e compartilhar as experiências, práticas e resultados entre as demais Instituições de Controle Externo, no que se refere ao controle externo dos seus reguladores financeiros. Desde a crise de 2008, tanto foram revistas as recomendações de Basiléia quanto surgiram novas recomendações do FSB (Financial Stability Board) sobre regras a serem devidamente seguidas pelos entes regulatórios de cada país, para evitar novo colapso financeiro tal qual ocorreu há cerca de uma década.

O grupo de trabalho, desse modo, em face do desafio de controlar externamente esses entes regulares em matéria tanto complexa quanto especializada, se dedica compartilhar conhecimentos – e eventualmente realizar parcerias – para minimizar os riscos de os países enfrentarem nova crise econômico-financeira, com potenciais reflexos supranacionais, advindos da omissão dos supervisores financeiros em regular a estabilidade e eficiência dos Sistemas Financeiros pátrios.

RELATO

A agenda do evento, após cumprimentos do Controlador-Geral do GAO, seguiu com, em resumo:

- apresentação do Sr. *Costas Stephanou*, Head of Financial Stability Board. Seguiu-se o compartilhamento do programa de trabalho de 2010 da entidade. Situou-se os participantes sobre as novas e iminentes vulnerabilidades financeiras mundiais, como a fragmentação do mercado; o impacto da chegada das *FinTechs* e as *gaps* regulatórias, bem como os riscos advindos no sistema em face da intermediação monetária de entidades não financeiras. O dirigente também expôs o andamento da agenda pós-crise, tanto com relação ao monitoramento dos compromissos assumidos pelos países do G-20, quanto sobre as consequências de tal agenda regulatória para as pequenas, médias e grandes entidades financeiras.

- painel de discussão sobre o status da modernização do setor financeiro, do respectivo efeito sobre os países emergentes e os riscos iminentes do setor, apresentados por representantes do *Institute for International Economics*;

do *American Enterprise Institute*; e do *Latin America initiative, Center for Global Development* – apresentaram-se: experiências comparando os Estados Unidos e a Europa, em termos das dificuldades e experiências para a implantação da reforma regulatória; os grandes riscos e novas preocupações a serem observadas pelos entes de controle, em termos de altíssimos níveis de endividamento mundiais, de bolhas de ativos e subavaliações de crédito, de riscos confluentes em países sistematicamente importantes, e do pouco espaço para implantação de políticas fiscais; e, finalmente, a real capacidade das Recomendações de Basiléia III de conter os riscos iminentes provindos das crises financeiras.

- Apresentação sobre prognósticos e riscos financeiros mundiais, feita de comércio e investimento do Banco Mundial – realizou-se uma exposição sobre a saúde da economia mundial, com viés de deterioração. Também se apresentou o prognóstico de investimento dos países emergentes, com viés de baixa. Outrossim, se demonstrou a deterioração fiscal, eminentemente nos países em desenvolvimento, com alto endividamento. A conclusão foi a necessidade de se fortalecer as políticas e implantação de reformas.

- Apresentação sobre riscos atuais e iminentes para a estabilidade financeira, feita pela Diretora do Departamento monetário e de mercado de capitais do FMI – em resumo, a exposição envolveu a defesa de vulnerabilidades sistêmicas mundiais, em estado delicado, como a crescente dívida corporativa; a disfunção entre a liquidez e a maturidade dos mercados; aumento dos riscos soberanos; desalinhamentos nos preços dos imóveis; vulnerabilidades nos mercados emergentes; tudo isso com riscos de freio no crescimento global, de tensões comerciais, de mudanças bruscas nas políticas monetárias e saída desordenada do Reino Unido da União Europeia. Seguiu-se, então, uma série de recomendações de políticas.

- Apresentação das SAIs da Alemanha, Itália, Suécia e Estados Unidos, como também da ECA, sobre trabalhos recentes realizados no controle externo dos reguladores financeiros. De destaque, uma auditoria do GIZ sobre o fenômeno do *Shadow Banking*, ou a intermediação de crédito envolvendo entidades e atividades fora da regulamentação bancária. Também foi lançada, pelo GIZ, oportunidade de “auditoria paralela” sobre similaridades e diferenças entre os países com relação ao controle externo da regulamentação financeira e sobre o *status* de preparação das SAI auditar tal assunto. A SAI da Suécia apresentou os trabalhos “Estabilidade Financeira: como poderia ser a supervisão macroprudencial?” e “Atividades governamentais para Proteção do Consumidor nos Mercados Financeiros”. O GAO também apresentou os trabalhos, dentre outros: “Supervisão bancária: reguladores melhoraram supervisão das atividades de gestão, mas passos adicionais são necessários” e “sistema de Financiamento Habitacional”.

- Houve, finalmente, duas sessões para reflexão e elaboração de Plano de Trabalho do Grupo para os anos de 2018-2020. Seguiram-se discussões em cinco agendas básicas: relação com FMI, Comitê de Basiléia e FSB; troca de informações e desenvolvimento de técnicas de auditoria; contribuições para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no fortalecimento da estabilidade macroeconômica; grupo de trabalho para a realização de auditorias paralelas; e autoridade das SAI para supervisionar o sistema financeiro.

- Houve, ao final, um resumo e fechamento dos dois dias de trabalho.

ENCAMINHAMENTOS POSSÍVEIS, NO ÂMBITO DO TCU, DECORRENTES DESTA AÇÃO

Em torno de todo o discutido, afora a capacitação, o aprendizado, e o conhecimento de stakeholders importantes (do FMI, do FSB e do Banco Mundial), diversos painéis – e, em especial, o apresentado pelo FSB –, despertaram a oportunidade de realizar auditoria operacional no Banco Central do Brasil, sobre o *status* e andamento da agenda de implementações das recomendações de Basiléia e do FSB. No monitoramento realizado pelo *Financial Stability Board*, visualizaram-se que três das dezesseis recomendações encontravam-se sem solução por parte do Brasil. Considerando que tais não atendimentos têm reflexos na eficiência do sistema financeiro, com efeitos na disponibilidade e no custo do crédito no Brasil, entende-se que tal compartilhamento de experiências tenha cumprido seu desiderato.

Também se pode contextualizar os riscos iminentes mundiais a potencialmente resvalar no Brasil que ajudam sobremaneira o ganho de uma visão preditiva de controle para se priorizarem ações relacionadas com tais ameaças. Em particular, alertados pelas preocupações compartilhadas nas reuniões, relativas ao impacto das dificuldades fiscais nas políticas de supervisão financeira, propôs-se auditoria no FCVS (títulos de dívida imobiliária remanescentes das décadas de 80 e 90). Tal ação de controle, avaliou-se, tem impacto fiscal superior a R\$ 100 bilhões, e exige melhora da atuação de agentes financeiros do governo federal com relevante impacto no orçamento. A ação está em andamento.

Ainda, estamos em contato com o grupo de trabalho, para avaliar a conveniência e oportunidade de realizar (ou propor), em face da proposta do GIZ aos demais membros, de auditoria paralela sobre a implementação das recomendações do FSB e de Basileia; ou outra ação que se entenda oportuna.

Outrossim – e talvez mais importante –, pudemos perceber que as mesmas dificuldades enfrentadas pelo TCU são também vivenciadas por outras entidades superiores de controle. O foco que sem dado, em termos de estratégia de controle d 2ª ordem na regulação financeira, também é muitíssimo semelhante. Em uma secretaria recém-criada (SecexFianças) e muitíssimo mais focada nos bancos públicos e no mercado financeiro, tal *benchmarking* internacional foi essencial para “medir” a adequação da atuação da unidade.